



CASO DAS VIAGENS

Controvérsia Dirigentes da Administração Pública foram pagos pela Oracle. Só o ministério da Justiça pagou deslocação de funcionário ao Open Oracle World 2016, em São Francisco

Altos quadros viajam sem pagar apesar do código de conduta

MIGUEL CADETE e RUI GUSTAVO

O ministério liderado por Manuel Caldeira Cabral é o quarto deste Governo a ser atingido pelo caso das viagens. Depois da Saúde, Finanças e Administração Interna, o também chamado caso Huawei chegou ao Ministério da Economia quando a sua secretária-geral, Maria Ermelinda Carrachás, recebeu um convite da Oracle para participar num grande evento, em São Francisco, nos Estados Unidos, em setembro de 2016. Todas as despesas eram custeadas pela multinacional tecnológica norte-americana. Convite esse que foi aceite, como o Expresso pôde apurar. O mesmo já havia sucedido em 2015.

A questão é que o Governo, na sequência do caso Galp — que levou à demissão de três secretários de Estado que aceitaram convites para jogos da seleção de futebol no Euro-2016 — tinha acabado de aprovar e publicar o código de conduta que proíbe qualquer governante ou funcionário público de aceitar convites superiores a 150 euros, como era manifestamente o caso desta viagem. Maria Ermelinda Carrachás argumentou que não iria participar em qualquer atividade de lazer, como concertos com artistas como os Aerosmith ou Sting e festas que abrilhantam este evento, e explicou que a sua participação era “fundamental” tendo a viagem sido autorizada superiormente por Manuel Caldeira Cabral.

“A presença desta dirigente no Open Oracle World 2016 vem na sequência da participação em edições anteriores e no âmbito da participação de dirigentes públicos de diversos países para desenvolvimento de contactos, apresentação de tendências tecnológicas e de partilha de boas práticas nacionais nas Administrações Públicas. A participação neste evento configura-se, deste modo, compatível com as funções da dirigente pelo seu relevante interesse do ponto de vista de informação e formação na área das Tecnologias de Informação e Comunicação”, justifica o gabinete do ministro numa resposta enviada por escrito ao Expresso.

Mas Ermelinda Carrachás, que tem um passado longo no Ministério da Saúde antes de transitar para o Minis-



A Oracle é um dos grandes fornecedores do Estado e tem mantido o silêncio neste caso das viagens

tério da Economia, sendo igualmente membro do Conselho de Prevenção da Corrupção, não viajou sozinha. José Moura, responsável pela arquitetura de sistemas do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (IGFEJ) também esteve presente no mesmo evento. Contudo, o ministério de Francisca Van Dunem teve outro entendimento: “Por se considerar relevante a participação neste fórum colaborativo, a viagem foi autorizada e as despesas foram custeadas pelo Instituto”, explica o Ministério da Justiça.

Este entendimento, aparentemente indiscutível, não seria seguido por

mais nenhum dos altos quadros do Estado que seguiram viagem, tanto quanto foi possível saber. Pedro Miranda, dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, viajou na comitiva da Oracle com todas as despesas pagas. O Ministério da Administração Interna, por seu lado, ainda está “a averiguar” em que circunstâncias viajou Vítor Costa, responsável pela segurança informática da secretária-geral do ministério. O Ministério da Saúde não quis esclarecer ou confirmar se Raquel Vilas, coordenadora de registos nacionais dos SPMS, Pedro Miranda, coordenador dos sistemas de suporte a Programas Estruturais de Saúde, e Domingos Pereira participaram no evento. Mas no programa a que o Expresso teve acesso surgem como convidados da Oracle.

MP investiga pacote de viagens

No caso concreto do Ministério da Economia, o Expresso soube, ao consultar a Base, onde se inscrevem os contratos celebrados pela Administração Pública, que há pelo menos dois contratos assinados por Maria Ermelinda Carrachás a 16 de novembro de 2015. O primeiro prevê a aquisição de hardware integrado para correr as bases de dados da Oracle do sistema informático do Ministério

da Economia. Tem a empresa Times-tamp como segundo outorgante, ou seja, fornecedor, que então faturou 132 mil euros. Nesse mesmo dia, é assinado um outro contrato, também por Ermelinda Carrachás na qualidade de secretária-geral da Economia, com a mesma Times-tamp, para a aquisição de software de gestão de base de dados da Oracle, este já no valor de 813 mil euros.

No programa, a que o Expresso teve acesso, são referidos mais de 50 nomes de participantes no Open Oracle World 2016 Portugal Tour, a maior parte representantes e membros de empresas privadas. Como Henrique Muacho, até dia 10 de agosto presidente do Conselho de Administração da Informantem, que mantém vários negócios com o Estado e está acusado de sete crimes de índole económica num processo de corrupção que envolve João Correia, ex-diretor-geral do Ministério da Administração Interna. Muacho também fez parte da comitiva que viajou à China, em 2014, custeada pela Huawei e outras empresas associadas, e em que participaram vários dirigentes do PSD além de Paulo Vistas, presidente da Câmara de Oeiras. O Ministério Público está a investigar todo o pacote oferecido aos funcionários do Estado.

rgustavo@expresso.impresa.pt

RESPOSTA DOS DIRIGENTES DO ESTADO AOS CONVITES DE PRIVADOS NÃO É COERENTE. UNS ACEITAM, OUTROS VÃO, MAS PAGAM